

Profissionais de saúde em carta à população pedirão democratização do sistema

Com cerca de 10 mil assinaturas de médicos, psicólogos, nutricionistas, assistentes sociais, farmacêuticos e bioquímicos de todo o país, será lançada dia 15, às 21h, na ABI, no Rio, e no Tuca, em São Paulo, a Carta dos Profissionais de Saúde à População Brasileira, propondo a democratização em todos os níveis do sistema de saúde através do debate amplo.

O documento será lançado no Rio durante uma mesa-redonda sobre saúde e democracia, patrocinada por cinco entidades médicas e com a participação, como convidadas, de entidades que já se manifestaram pela democratização do país, como a CNBB, OAB, ABI, MDB, Instituto dos Arquitetos do Brasil e Instituto dos Economistas do Rio de Janeiro.

CARTA À POPULAÇÃO

Após a divulgação do documento, simultaneamente no Rio e em São Paulo — que representam quase 7 mil assinaturas — cópias da Carta serão enviadas ao Presidente Geisel e aos Ministros da Saúde, Justiça e Previdência Social.

A carta dos Profissionais de Saúde à População Brasileira diz que "o país vive sob regime de exceção, o vo, como principal interessado e como verdadeiro financiador do sistema de saúde, não pode discutir e colocar livremente as suas reivindicações e, muito menos, lutar por um sistema de atenção médica voltado para as suas reais necessidades. Atualmente, as nossas entidades representativas e as dos demais trabalhadores não têm sequer o direito de opinar sobre a Política Nacional de Saúde a ser traçada".

Acrescenta que "só existe um caminho para solução dos problemas de saúde que afetam a população, que é a tomada de posição, através de amplo debate, que visa a reorientar o sistema de saúde em direção ao atendimento do que o povo brasileiro necessita. Para isso, propomos a democratização em todos os níveis do sistema de saúde. Estes objetivos só serão alcançados numa sociedade democrática e capaz de viabilizar os anseios do povo".

Em relação à Política Nacional de Saúde, o documento afirma que "a atual política imediatista do Ministério da Saúde não é a solução adequada para os graves problemas que afligem a nossa gente. A política oficial de saúde se tem caracterizado por atitudes superficiais, tais como a distribuição de *milk-shakes*, a título de suplementação alimentar, o que muito certamente não diminuirá o percentual de brasileiros desnutridos; a distribuição, a pretexto de evitar a "gravidez de alto risco", de pílulas anticoncepcionais com o intuito de conter o crescimento demográfico, e a distribuição de medicamentos tóxicos, destinados ao tratamento das endemias rurais, sem critérios e sem a devida preo-

cupação com a melhoria das condições de saneamento e de habitação dos milhões de brasileiros que são acometidos por tais doenças".

A Carta diz ainda que "o povo exige que seja garantido o seu direito à saúde, isto é, alimentação adequada, melhores condições de habitação e saneamento, assistência médica de boa qualidade, sem grandes filas. Nós, profissionais de saúde, por outro lado, reivindicamos melhores condições de trabalho, entendendo-se por isto não apenas salários condizentes como também plenas liberdades para o exercício de nossas profissões, pois somente assim contribuiremos para elevar o padrão de saúde de nosso país".

Em sua introdução, a Carta diz que as condições de saúde da população brasileira "são precárias e se vêm deteriorando em decorrência direta da má distribuição da renda e dos baixos salários, da pobreza e da fome, das péssimas condições de moradia e saneamento e também de uma inadequada Política Nacional de Saúde".

Prossegue afirmando que, "diante disso, deparamos com a prática de uma Medicina com marcada tendência mercantilista, voltada em grande parte para o lucro e secundariamente para a saúde. Tal prática médica passou a existir no Brasil, significativamente, a partir da última década. O INPS, que possui grandes recursos financeiros, deixou de construir seus próprios hospitais e ambulatorios e optou por funcionar através de convênios com casas de saúde e hospitais particulares, pelo sistema de pagamento por ato médico realizado, o que, como se sabe, constitui fator de corrupção. Este sistema incentiva a prática de atos condenáveis, tais como operações desnecessárias, internações prolongadas, exames laboratoriais sem utilidade e tantas outras aberrações que têm sido cometidas em nome da Medicina e frequentemente denunciadas pela população, pela imprensa e pelos próprios profissionais de saúde e suas entidades".